

Ruralidades-Urbanidades em Moçambique. Conceitos ou preconceitos?

Manuel Araújo¹

1. Introdução

Rural-urbano – binómio em mutação conjuntural. Quando recebi o convite e o tema a apresentar, pus-me a questão se deveria apresentar um tema de âmbito e espaço rural nas suas mutações para uma urbanização (ou rurbanização?) mais ou menos acelerada, ou se, pelo contrário, deveria aqui problematizar o inverso; ou seja, apresentar um espaço classificado como urbano, mas que mantém muitas características do mundo rural a nível cultural, social, económico e espacial. Se optasse por apresentar a primeira hipótese, com base em estudos por mim realizados em Moçambique, muito dificilmente conseguiria introduzir a ideia de um binómio em mutação, pelo facto de o rural em Moçambique apresentar características que o separam nitidamente dos espaços urbanos. Por isso decidi apresentar, a partir dum espaço urbano, o que ele ainda mantém de características rurais, num processo de transformações conjunturais e estruturais nem sempre fáceis e onde o administrativo e o político se sobrepõem ao sócio-económico-cultural.

Nos últimos tempos tenho desenvolvido alguns estudos em bairros da cidade de Maputo que me têm levado a questionar a aplicação linear da delimitação clássica das designações de urbano e rural em Moçambique e se isso, por vezes, não significa mais uma questão de preconceitos do que de conceitos, porque nos limitamos a aplicar estes sem deles nos apropriarmos e, mesmo sem mudar de nome, os ajustarmos às realidades concretas e às diferentes formas e percepções de uso e organização do espaço.

Em África, o rural e o urbano são apresentados como dois espaços bem individualizados que representam dois mundos que, mantendo fortes relações, caminham a velocidades desiguais e representam “culturas” e realidades profundamente diferentes. Esta situação está a ser agudizada com a tão

¹ Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Moçambique.

propalada globalização que, de forma periférica e perversa, só se faz sentir nas principais cidades que, assim, se afastam ainda mais do mundo rural circundante, tomando mais marcante a sua característica de espaços estranhos implantados de fora, sem representarem o resultado dum desenvolvimento de unidades de povoamento de base. Assim, em nada se altera a história da implantação das cidades em África desde o período colonial, quando surgiam como espaços criados para servir os interesses das potências colonizadoras, ou, mais recentemente, as que são criadas como “filhas do Estado” ou para controle administrativo e/ou político. Esta implantação não elimina, por completo, o mundo rural dos limites do novo espaço assim criado. Não significa isto que no mundo mais desenvolvido esta questão não se tenha igualmente colocado, mas no continente africano a dimensão e as características são bem diferentes. Mas, sem querer avançar nesta polémica, talvez este possa ser um factor que ajude a compreender uma realidade urbana dual que tem muito de rural, se forem considerados os conceitos clássicos.

Na realidade, e apesar de ser verdade o que acima se refere, em muitas áreas dos espaços definidos como urbanos, não é fácil separar estes dois conceitos, em particular naquilo que se designa por bairros urbanos das periferias das cidades, ou mais simplesmente bairros periféricos. A primeira dificuldade resulta do facto de, insistentemente, pretendermos usar conceitos dos países mais desenvolvidos e aplicá-los linearmente a realidades completamente diversas daquelas para as quais foram concebidos, sem que sejam ajustados a esta. Resulta isto mais de um preconceito daquilo que foi definido para uma realidade que se quer igual em termos de objectivos; isto é, os conceitos de urbano e rural terão que ser iguais ao dos países desenvolvidos. Esta é, entre nós, uma questão bastante polémica e que não é puramente académica, pois ela pressupõe toda uma filosofia de planificação e desenvolvimento sócio-económico que se repercute directamente nas condições de vida da população, assim como nos diferentes conceitos, ou talvez preconceitos, que se usam para as medir.

Estou, talvez, a entrar num terreno bastante escorregadio, mas procurarei, com o exemplo concreto da cidade de Maputo, discorrer melhor sobre esta questão.

2. A definição oficial de ‘urbano’ e ‘rural’ em Moçambique

No último recenseamento geral da população e habitação realizado em 1997 definiu-se como população urbana toda a que tem a sua residência permanente dentro dos limites administrativos dos aglomerados humanos que são classificados como cidades e vilas. De acordo com esta definição o país possuía, em 1997, uma população urbana que representava 29,2% da população total. Isto significa que de 1980 para 1997 a população urbana duplicou (cerca

de 15% em 1980). Na realidade, este aumento não representa uma taxa de urbanização real equivalente. Neste período de 17 anos as cidades e vilas de Moçambique não cresceram em termos de construção definitiva nem de implantação de infraestruturas sócio-económicas.

Aquilo que é considerado como indicadores físicos e económicos de urbanização, degradaram-se substancialmente; o espaço urbano, considerada a definição clássica, não cresceu horizontalmente, nem verticalmente. Este crescimento tão acentuado da população urbana poderá ser atribuído a dois factores que considero, um como conjuntural e outro como administrativo: (1) a guerra civil que assolou o país durante vários anos e que afectou, em particular, as áreas rurais, provocou um grande movimento demográfico de população rural em direcção às principais cidades, consideradas lugares mais seguros; (2) em 1986 o governo procedeu a uma alteração da divisão administrativa do país, a qual alterou, por completo, as áreas territoriais das cidades, ficando incluídas nestas amplos espaços rurais circundantes, sem que isso significasse a alteração das suas características em termos de ocupação do espaço, de produção e de hábitos. Foi exclusivamente uma medida político/administrativa para aumentar as áreas das cidades à custa de território dos distritos vizinhos. Com o alargamento do perímetro da cidade de Maputo, o distrito de Marracuene, por exemplo, perdeu uma parte do seu espaço, da sua população e de algumas infraestruturas importantes para o distrito, mas sem grande significado para a cidade.

Estes dois factores originaram o surgimento, dentro dos limites das principais cidades, duma franja que é ocupada por população que pratica a agricultura como actividade exclusiva ou principal, o espaço residencial é ocupado de forma dispersa e mantém todos os hábitos e atitudes dos camponeses, mas que, ao mesmo tempo, estabelecem uma relação diária com o centro urbano, onde compram e vendem. No entanto, estatisticamente, esta população é considerada urbana como aquela que vive em pleno centro das cidades, tendo os mesmos deveres, mas talvez sem os mesmos direitos. Há autores que, inclusivamente, falam numa certa ruralização dos espaços urbanos. Contudo esta afirmação, apesar de apoiada numa série de indicadores, não pode ser tida como verdade absoluta.

A questão deve ser colocada em termos dos conceitos que se usam para definir estes dois espaços e que podem não ser os mesmos que habitualmente se usam na literatura especializada, que tomam como exemplo a evolução destes conceitos nos países actualmente mais desenvolvidos. Toda esta diferenciação do urbano levou à generalização de designações como “bairros urbanos”, “bairros suburbanos” e “bairros periurbanos” que tem em si traços muito fortes de diferenciação social, cultural e económica.

3. O exemplo da cidade de Maputo: uma convivência do rural e urbano?

Tentarei apresentar esta questão a partir da análise de alguns indicadores com base no censo de 1997 e nos resultados de diversos inquéritos e levantamentos feitos por mim e os meus estudantes em bairros da cidade de Maputo.

Os indicadores seleccionados são: principal actividade económica do chefe do agregado familiar; tipo de casas (material de construção utilizado); acesso a água canalizada e a energia eléctrica; densidade de ocupação residencial do solo. Se a estes indicadores juntarmos a imigração dos últimos 5 anos por origem e as atitudes culturais, pode ficar-se com uma imagem bastante fidedigna do tipo de população que reside em determinadas franjas periféricas do espaço administrativo urbano. Este é, no entanto, um estudo que ainda está no seu início, pelo que alguns dos indicadores ainda não poderão ser apresentados em toda a sua amplitude, nem devidamente quantificados.

Tabela 1 – Tipo de habitação na cidade de Maputo (por distrito urbano)

Tipo de habitação	D.U. n.º 1	D.U. n.º 2	D.U. n.º 3	D.U. n.º 4	D.U. n.º 5
Moradia	22.6	50.6	68.1	62.9	63.7
Apartamentos	64.9	10.9	1.0	0.1	3.2
Madeira/Zinco	1.6	21.8	8.3	3.0	3.9
Palhotas	10.0	9.1	18.4	26.8	25.3
Precárias	0.9	7.6	4.2	7.2	3.9

Fonte: Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997. Instituto Nacional de Estatística.

A cidade de Maputo, em 1997, possuía uma população total de 966.837 habitantes, a residirem num total de 165.097 casas. A população em idade de trabalhar (16 anos e +) era de 547.998. Deste total, 4,0% são camponeses, o que significa que 12,4% dos agregados familiares vivem, fundamentalmente, da agricultura familiar. 18,9% dos agregados familiares de Maputo vive em palhotas tipicamente rurais, enquanto 4,8% habita casas construídas com outro tipo de material precário. As casas precárias de madeira e zinco não se incluem aqui, pois elas representam já um certo tipo de espaço urbanizado. Se considerarmos este indicador por distrito urbano (tabela 1), facilmente se constata que os dois distritos mais periféricos dentro do espaço da cidade de Maputo (Distritos urbanos n.ºs 4 e 5) são os que possuem mais agregados familiares a viver neste tipo de casas (27,0% e 25,3%, respectivamente).

No conjunto da cidade de Maputo, 51% das casas não têm acesso a água canalizada. Este valor tão elevado deve-se, no essencial, à falta de infraestruturas de abastecimento que caracterizam a maior parte dos bairros suburbanos e periféricos, com particular incidência nos que constituem os distritos urbanos n.ºs 4 e 5. Do total de casas de tipo rural (palhotas), 78% não

têm acesso a água canalizada, nem dentro, nem fora de casa. Esta população, como nas áreas rurais, abastece-se deste líquido, essencialmente, em poços e furos (44,3%), muitas das vezes sem as condições de tratamento mínimas.

Em Moçambique, mais que a água dentro de casa, a electricidade funciona, a nível de percepção, como um indicador de urbanidade importante. Na cidade de Maputo, 62,2% dos agregados familiares não têm acesso a esta fonte de energia. Esta situação entre as famílias que vivem em palhotas é bastante mais grave, pois 98,9% das suas casas não são abastecidas de energia eléctrica. Esta situação faz com que estes agregados familiares recorram a sistemas alternativos, como o faziam nas áreas rurais donde são originários. O combustível lenhoso é, em mais de 70% dos casos, a alternativa, o que implica uma pressão enorme sobre este recurso dentro do espaço da cidade e nos espaços circundantes.

Para além das condições de acesso a água potável, as condições de saneamento são igualmente precárias, pois 4% das casas não possuem qualquer tipo de casa de banho, nem sequer uma latrina fora de casa. Apenas com latrina, que é uma característica rural, vivem 70,4% dos agregados familiares residentes na cidade de Maputo. Isto significa que a quase totalidade das famílias a residirem nos bairros periféricos e uma grande parte das residentes nos suburbanos, não possuem instalações sanitárias dentro de casa.

Da população com 5 anos e mais residente na cidade de Maputo em 1997, 8,3% são pessoas que chegaram à cidade nos últimos 5 anos (entre 1992 e 1997) vindas de diferentes partes do país, mas, em particular, das áreas rurais das províncias próximas (Maputo, Gaza e Inhambane) donde são originários 61,9% dos imigrantes deste período. Esta população instala-se, principalmente, nos bairros periféricos onde ainda existe espaço, e aí edificam não apenas as suas casas iguais às que tinham no campo (palhotas), mas também os seus espaços produtivos agrícolas que, como no mundo rural, ficam à volta do espaço residencial familiar.

4. Agricultura e camponeses na cidade de Maputo

Na cidade de Maputo funciona um Gabinete das “zonas verdes” que, em princípio, tem por objectivo a coordenação das actividades agrícolas que se desenvolvem dentro da cidade. A informação disponível neste gabinete revela que dentro do perímetro urbano, usando os vales do Infulene e outras áreas de depressão da cidade, cerca de 13.000 hectares de terra são usados para fins agrícolas que produzem, em média, por ano, entre 27.000 e 30.000 toneladas de produtos agrícolas diversos, desde os hortícolas aos cereais e oleaginosas. Esta produção agrícola envolve o sector familiar e cooperativo (União Geral das Cooperativas), mas igualmente se encontram, dentro do perímetro urbano, diversas quintas (machambas) de produção agrícola semi-comercial ou comercial, além de criação de gado bovino.

Para exemplificar o que atrás se diz, apresentam-se alguns exemplos concretos de alguns bairros onde se fez estudo de terreno.

No bairro Albasine, localizado na parte norte do espaço urbano da cidade, fazendo limite com o distrito de Marracuene, 80% da sua população (12.868 hab. segundo o censo de 97) vive em casas de caniço (palhotas), de características rurais. Cerca de 72% dos residentes praticam a agricultura de tipo familiar, vendendo os produtos do seu trabalho agrícola no mercado informal. Estas duas actividades – agricultura e comércio informal dos produtos agrícolas – constituem a base fundamental, e por vezes única, de sobrevivência destas famílias. O bairro não possui energia eléctrica.

No bairro do Zimpeto, igualmente no extremo norte da cidade, dos 11.472 habitantes (censo de 97), apenas 25% são naturais do bairro. Os restantes 75% são oriundos, relativamente recentes, das áreas rurais da província de Gaza. Mais de 50% dos moradores vivem da actividade agrícola que praticam dentro do espaço territorial do bairro, no vale do Infulene, ou no distrito de Marracuene, com o qual limitam. Neste bairro, 20% das casas são palhotas e não existe rede de abastecimento de água. Cerca de 25% das famílias defecam ao ar livre, pois não possuem sequer uma latrina. Neste bairro, a União Geral das Cooperativas desenvolve uma grande actividade agrícola.

O Bairro de Magoanine possui características muito semelhantes às que se acabam de apresentar para o Zimpeto.

Passando para a parte Sul da cidade, encontra-se uma situação ainda mais marcada de ruralidades, que o facto de terem sido englobadas, administrativamente, no espaço urbano, não alterou em nada as suas características fundamentalmente agrícolas, quer nas atitudes e nos comportamentos, quer nas actividades que desenvolvem e na forma como organizam os espaço residencial e produtivo. No bairro de Incassane, em 3 dos seus 5 ditos quarteirões, as casas chegam a estar separadas umas das outras por espaços de mais de 2 km, ocupados por machambas familiares. Um pouco mais de 80% das casas do bairro são rodeadas por espaços agrícolas familiares. Nos designados quarteirões 1 e 2, 100% dos residentes têm como actividade única a agricultura.

No bairro de Chamissava o povoamento é nitidamente disperso, com casas construídas de pau e caniço (palhotas). Os residentes dedicam-se à agricultura, sendo a actividade exclusiva de 53% dos moradores.

Nos bairros de Inguide e de Chali, 70% dos agregados familiares têm como actividade principal a agricultura familiar e/ou cooperativa, e as casas encontram-se dispersas, rodeadas pelo espaço produtivo agrícola composto por pequenas machambas familiares, sendo construídas de pau e caniço (palhotas).

5. Conclusão

As características dos bairros periféricos das cidades de Moçambique, a partir do exemplo da de Maputo, usando os conceitos clássicos, são fundamentalmente rurais. Os traços urbanos que neles começam a surgir são trazidos por famílias que se deslocam do centro urbano ou dos bairros suburbanos e que afastam as famílias rurais que lá vivem, empurrando-as mais para a periferia ou para fora dos limites da cidade. Este fenómeno de exclusão está a expandir-se para quase todos os bairros periféricos do norte da cidade de Maputo. Ou será que os excluídos vão ocupar espaços livres dos bairros mais centrais, como já sucedeu, em finais dos anos 80 e início de 90, com os bairros da Malhangalene, da Malanga e da Mafalala? Será que quando o cimento ocupar por completo esses bairros e eles passarem a ser considerados urbanos, os limites da cidade vão ser acrescidos à custa do espaço circundante do distrito de Marracuene, como se fez em 1986? Que urbano deveremos ter em Moçambique? Aquele em que impera o cimento, as moradias e os prédios verticais, com uma grande densificação residencial do espaço? As famílias que actualmente ocupam esses espaços, que possuem comportamentos rurais, que vivem da actividade agrícola familiar, vão continuar a ser excluídas desse espaço, ou deverão ser nele integradas mantendo as suas características comportamentais?

São perguntas para as quais ainda não possuo uma resposta, nem a terei tão cedo, pois o tema é por demais complexo e sensível, a ele estando ligados diferentes interesses, pois o espaço das periferias urbanas está a ser cada vez mais disputado. Sei que apresentei aqui ideias ainda muito soltas e, por vezes, mal estruturadas. Isto deve-se ao facto de os estudos que estou a realizar sobre o tema ainda me levantarem mais interrogações e estarem numa fase de recolha e tratamento inicial de informação. Espero que, no entanto, tenha provocado o suficiente para o debate, o que, de certeza, muito me irá ajudar.